

1983-3717
ISSN



POLÍTICAS CULTURAIS *em Revista*

#2

v. 17, n. 2 jul./dez. 2024

1983-3717
ISSN



POLÍTICAS CULTURAIS

em Revista

Pol. Cul. Rev.,	Salvador	v. 17	n. 2	p. 1-258	jul./dez.	2024
-----------------	----------	-------	------	----------	-----------	------

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: *Paulo César Miguez de Oliveira*

Vice-Reitor: *Penildon Silva Filho*

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos

Direção: *Luis Augusto Vasconcelos*

Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

Coordenação: *José Roberto Severino*

Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura

Coordenação: *Sophia Cardoso Rocha*

Vice-Coordenadora: *Lourivânia Soares Santos*

Editores-chefes

Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará

Leonardo Costa, Universidade Federal da Bahia

Renata Rocha, Universidade Federal da Bahia

Editores do *Cultura é Trabalho*

Adriana Facina, Universidade Federal do Rio de Janeiro

João Domingues, Universidade Federal Fluminense

Kyoma Oliveira, Universidade Federal da Bahia

Conselho Editorial

1. *Alain Herscovici*, Universidade Federal do Espírito Santo
2. *Ana Carolina Escosteguy*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
3. *Ana Rosas Mantecón*, Universidade Autónoma Metropolitana do México
4. *Armand Mattelart*, Universidade Paris VIII
5. *Carlos Lopes*, United Nations Institute for Training and Research
6. *Carlos Yáñez Canal*, Universidad Nacional de Colombia
7. *César Bolaño*, Universidade Federal de Sergipe
8. *Daniel Mato*, Universidad Central de Venezuela
9. *Durval Albuquerque*, Universidade Federal do Rio Grande de Norte
10. *Emir Sader*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
11. *Fabio de Castro*, Universidade Federal do Pará
12. *George Yúdice*, University of Miami
13. *Guilherme Sunkel*, Victoria University, Austrália
14. *Guillermo MariacaIturri*, Universidad Mayor de San Andrés
15. *Gustavo Lins Ribeiro*, Universidade de Brasília
16. *José Machado Pais*, Universidade de Lisboa
17. *Lúcia Lippi*, Fundação Getúlio Vargas
18. *Manuel Garretón*, Universidad de Chile

19. *Marcelo Ridenti*, Universidade Estadual de Campinas
20. *Maria de Lourdes Lima Santos*, Universidade de Lisboa
21. *Muniz Sodré*, Universidade Federal do Rio de Janeiro
22. *Octavio Getino*, Instituto Universitario Nacional de Artes da Argentina
23. *Renato Ortiz*, Universidade Estadual de Campinas
24. *Rubens Bayardo*, Universidade San Martin – Universidad de Buenos Aires
25. *Xan Bouzadas*, in memoriam

Conselho de Redação

1. *Alexandre Barbalho*, Universidade Estadual do Ceará
2. *Antonio Albino Canelas Rubim*, Universidade Federal da Bahia
3. *Anita Simis*, Universidade Estadual Paulista
4. *Cláudia Leitão*, Universidade Estadual do Ceará
5. *Cristina Lins*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
6. *Humberto Cunha*, Universidade de Fortaleza
7. *Isaura Botelho*, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
8. *José Márcio Barros*, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Universidade do Estado de Minas Gerais
9. *Leonardo Costa*, Universidade Federal da Bahia
10. *Lia Calabre*, Fundação Casa de Rui Barbosa
11. *Maria Helena Cunha*, DUO Informação e Cultura
12. *Paulo Miguez*, Universidade Federal da Bahia

Normalização e Revisão: *Equipe Edufba*

Diagramação: *Zeta Studio*



E D U F B A

Normalização, Revisão e Diagramação:

Equipe EDUFBA

Edufba

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,

40170-115, Salvador-BA, Brasil

Tel/fax: (71) 3283-6164

www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br



Sumário

**CULTURA É TRABALHO: OUTRAS VERSÕES PARA OS ESTUDOS
EM ECONOMIA DA CULTURA 7**

Adriana Facina, João Domingues, Kyoma Oliveira

**O PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO E LUTA DA CLASSE MUSICAL NO
BRASIL: DO CENTRO MUSICAL DO RIO DE JANEIRO AO SYNDICATO DE
MÚSICOS PROFISSIONAES DO RIO DE JANEIRO (1907-1960) 26**

Luciana Requião

**HACETE TU ESCUELITA: HACIA UNA “PROFESIONALIZACIÓN” DE
ACTORES Y ACTRICES DE TEATRO CALLEJERO EN BUENOS AIRES 51**

Francesca Rindone

**TRABALHE COM O QUE VOCÊ AMA: ENTRE A IDEALIZAÇÃO E A
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NAS ARTES CÊNICAS 74**

Thainan da Silva Rocha

**ENTRE O SONHO E A SOBREVIVÊNCIA: EMPREENDEDORISMO
NO FUNK SOB A LÓGICA DE PLATAFORMAS 96**

Rafael Giurumaglia Zincone Braga

**O ENCONTRO DO MITO CARNAVALESKO COM O REALISMO
CAPITALISTA: A CRISE NEOLIBERAL E O CARNAVAL DOS BLOCOS DE
RUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 117**

Ana Clara Vega Martinez Veras Ferreira

**DESENVOLVIMENTO E APROPRIAÇÃO DOS DESFILES DAS ESCOLAS DE
SAMBA DO RIO DE JANEIRO: IMPACTOS SOBRE O TRABALHO
NO BARRACÃO 138**

Bruno Souza Duarte Lima, Bruno Borja

**A POESIA É MARGINAL, O POETA NÃO! A RUA COMO
ESPAÇO DE FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO
DA JUVENTUDE PERIFÉRICA 161**

Natã Neves do Nascimento

ARTIGOS 183

**ARTESANATO E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMAÇÃO
A PARTIR DE UMA REVISÃO DE ESCOPO
DA LITERATURA NACIONAL 184**

Victor de Lima Caldas, Diogo Henrique Helal

**A LIDERANÇA DE WONDERFULL PARA UMA CENA
TRAVESTI NO ESPAÇO ARTÍSTICO ALAGOANO 209**

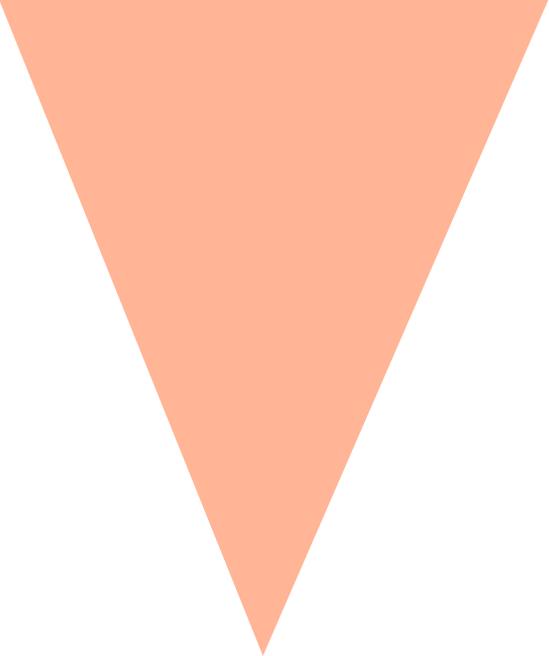
Sérgio Coutinho dos Santos

**MARCOS NORMATIVOS DO SISTEMA DE INCENTIVO
À CULTURA DO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM,
À LUZ DOS DIREITOS CULTURAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 233**

Veridiana Spínola Tonelli, Raimundo Pereira Pontes Filho



Dossier



CULTURA É TRABALHO

outras versões para os estudos em economia da cultura

Adriana Facina¹

João Domingues²

Kyoma Oliveira³

-
- 1 Professora titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ) Nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Cientista do Nosso Estado Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). É membro do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced). *E-mail:* adriana.facina2@gmail.com.
 - 2 Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor associado do Departamento de Arte da Universidade Federal Fluminense (UFF) nos cursos de Graduação em Produção Cultural e Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades. Coordenador do Login, grupo de pesquisa Cultura, política, lógicas identitárias e produtivas, em parceria com o professor Leandro de Paula da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail:* joaolpdomingues@gmail.com.
 - 3 Produtor Cultural da UFRJ cedido à UFBA, onde atua no Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult). Mestre em Cultura e Territorialidades (PPCULT) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É membro do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) e do grupo de pesquisa Cultura, Política e Território. *E-mail:* kyomaoliveira@gmail.com.

Há pelo menos duas décadas podemos assistir à consolidação, no Brasil e em outros países, de um campo de estudos dedicados à economia de expressões culturais. Ainda que os termos produzam seus intercâmbios por vezes dissensuais – tendo a economia da cultura e a economia criativa como seus elementos mais evidentes; economia do entretenimento, dos eventos e noturna como as secundárias –, parece-nos bastante explícito que pesquisadoras e pesquisadores têm se aplicado à tarefa de compreender sob quais limites os bens e serviços culturais assumiram um papel central na ativação e impulsionamento das economias nativas.

E mesmo de parte da esquerda à parte da direita do espectro político uma palavra de ordem foi acionada durante as décadas passadas, reivindicando que a cultura e as artes – complexa separação, no caso – são essenciais à geração de emprego e renda. Simetria encontrada em discursos de instituições supranacionais que nasceram ou se especializaram no domínio do tema. Na década de 2000, os repertórios publicizados sobre a economia da cultura – tomaremos esse termo como o genérico a partir de agora – apontavam variações entre 6% e 8% da riqueza gerada no mundo como sendo demandantes das expressões culturais. Sua elasticidade, seu insumo básico intangível e

não agressivo à natureza, sua incidência nas competências do capital humano, foram largamente celebradas no período, como uma saída para a estagnação de economias na transição do fordismo ao capitalismo flexível.

Parte relevante dos estudos brasileiros que acompanharam esse momento mostravam enquadramentos analíticos que procuravam capturar uma maioria dos atos geradores de valor no mercado de trocas e dos circuitos de consumo de bens e serviços culturais. Assim, temos visto serem produzidas pesquisas sobre dispêndios das famílias, volumes e impactos financeiros dos arranjos produtivos, diagnósticos de investimentos públicos e privados em cultura, dados do mercado de trabalho – especialmente remuneração e distribuição de empregos formais e informais –, marcos legais, entre outros.

Nesse panorama, algumas contribuições nos chamam atenção. Uma delas é o interesse das próprias instituições estatais em produzir ou incentivarem a produção de informações sobre o campo produtivo da cultura. Podemos citar: *Cultura em Números* (Brasil, 2010); *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento* (Silva, 2007); *Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: Cultura* (IBGE, 2015); *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil* (Fundação João Pinheiro, 1998), como exemplos desse panorama.

De maneira geral, esses quadros analíticos citados parecem demonstrar algumas características comuns: i) o Estado aparece de forma bastante decisiva na dimensão econômica do campo político-cultural, seja na forma da administração de circuitos de distribuição – especialmente na forma de espaços culturais públicos – ou na ordem dos fundos públicos destinados ao financiamento parcial ou integral de atividades culturais; ii) aponta-se também para uma diminuição progressiva de recursos privados no investimento à produção da cultura, relegando parcelas cada vez maiores acionadas por renúncia fiscal. Muito se tem discutido sobre o modelo de financiamento público à cultura no Brasil e sobre leis de renúncia fiscal – e é importante incluir-se na discussão as percepções de grupos sociais que não

dominam as técnicas de execução da produção da cultura mas que nos últimos anos vêm insistindo em circunscrever os que acessam os recursos à pecha de privilégio, pilhagem ou desonestidade (Pimenta, 2023) – e desses estudos depreende-se que muito pouco ainda é pensado e projetado sobre qual papel deve cumprir o Estado no que toca à regulação e proteção laboral.

Outras chaves apostam no debate da organização da cultura do ponto de vista de ocupações profissionais e da formação (Barbalho; Costa; Rubim, 2012; Gadelha, 2015; Jordão; Allucci, 2012; Nunes; Benevides, 2017). Sob caminhos diferentes, essas pesquisas apostam na percepção de um novo tipo de estruturação do mercado cultural no Brasil, estimulado pela mudança do ciclo de políticas públicas da cultura a partir de meados dos anos 2000, que em parte estaria internamente dividido entre: i) as buscas por ferramentas técnicas de produção com o intuito de refinamento de formas administrativas do fenômeno expressivo da cultura; ii) um campo de trabalho com alto grau interno de diferenciação etária, e que consegue compor um número razoável de interpretações sobre a alocação individual laboral, sendo muito comum integrações no mercado de trabalho a partir de oportunidades não planejadas.

Outras perspectivas analíticas procuram interrogar como determinadas linguagens constroem suas relações sociais e econômicas. Entre elas, destacamos a essencial pesquisa produzida acerca do Tecnobrega paraense (Lemos; Castro, 2008). Procurando consolidar um enfrentamento pluridisciplinar, este trabalho avança na percepção do comportamento dos agentes sociais e das hierarquias que se realizam no sistema de produção do tecnobrega. Importante ressaltar como a pesquisa encontra articulações entre a formalidade e informalidade laboral como o sustentáculo da atividade, ressaltando haver neste processo “eficiências” de um modelo de negócios abertos. Um ponto a ser colocado em questão é a flexibilização das regras de propriedade intelectual, em que a pesquisa faz ressaltar aparecer em certa crise recente.

De certa forma, essa investigação aponta para uma necessidade urgente de revisão de parâmetros de análise do fenômeno econômico da cultura, embora avance pouco em sua correlação temporal com o ciclo de reprodução contemporâneo do capital. Fosse essa uma das chaves de mediação poder-se-ia explorar mais enfaticamente como a própria noção de flexibilização pode renovar repertórios hierárquicos na internalidade dos circuitos culturais, até então de fácil verificação na relação entre os detentores dos meios de produção das indústrias culturais e os agentes criadores.

Em compasso com a literatura brasileira, aparecia no *mainstream* do circuito acadêmico internacional alguns nomes que são mobilizados em grande parte da bibliografia de nossos estudos nativos. Da ordem dos economistas de formação, comparecem ao diálogo os nomes de autores como Bruno Frey, David Throsby, Ruth Towse, Victor Ginsburgh, entre outros. Também são acionados autores como Chin-tao Wu, Françoise Benhamou, e Paul Tolila, com obras já traduzidas para o português. Cada qual mantendo linhas de interpretações originais, que obviamente contribuem para o debate acerca da questão.

Mas, queremos chamar atenção para a contribuição de dois autores constantemente convocados como exemplos “seminais” nos estudos da economia da cultura (Martos; Quintero, 2011). Falamos de William Baumol e William Bowen, que com a publicação de *Performing Arts: the Economic Dilemma*, em 1966, em alguma medida formaram as bases para um novo campo analítico. O livro, infelizmente ainda não traduzido no Brasil, é resultado de uma consultoria dos autores à Twentieth Century Fund, na qual “[...] procuravam responder à questão fundamental sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pela área cultural” (Valiati; Corazza; Florissi, 2022, p. 116).

O estudo, organizado a partir de base estatística, recolhe informações sobre a trajetória de custos operacionais por apresentação da Orquestra Filarmônica de Nova York entre os anos de 1843 e 1964, comparando-a com custos médios por apresentação de dois espaços

culturais britânicos: Teatro Drury Lane, entre os anos de 1771 e 1772 e 1775 e 1776, e a temporada de 1963–1964 do Royal Shakespeare Theatre (Martos; Quintero, 2011). Os achados de Baumol e Bowen acerca dos dilemas enfrentados pelas atividades performáticas em espetáculos ao vivo vieram a se tornar um dos principais temas teóricos e empíricos da economia da cultura nas décadas seguintes⁴. Baumol e Bowen procuram mensurar a produtividade do setor utilizando como métrica a relação entre o custo total da produção e o custo em termos salariais (Valiati; Corazza; Florissi, 2022). Os autores também sinalizam para as particularidades das artes performáticas em relação à generalidade de outros arranjos do mundo produtivo, caracterizados à época por empresas com capacidade de incorporação de novidades tecnológicas para incremento da produtividade de bens (Martos; Quintero, 2010).

A pesquisa aponta para os impasses das artes performáticas, setor com baixa capacidade de incorporação de avanços tecnológicos em sua função produtiva. Sendo ainda uma expressão com intensidade de trabalho vivo – no qual o volume produtivo e os custos de produção equivalem majoritariamente aos recursos humanos, sendo medido em uma variação de 70% e 80% segundo os autores –, os limites da fadiga, supressões de movimentos, subtração de personagens, limitariam a possibilidade de alterações substanciais de produtividade.

-
- 4 Para sintetizar sua importância, citamos Martos e Quintero (2010, p. 131-132): “[...] diez años después de la publicación del libro de Baumol y Bowen, preparé la primera compilación de artículos sobre la materia, *The Economics of the Arts: Selected Readings*, en cuya introducción señaló que hasta ese momento la sustancia de la sub-disciplina no justificaba un manual, pero sí un conjunto de lecturas que mostrara su campo de aplicación. Las lecturas se centraban en la financiación y la justificación del apoyo público a las artes. En 1973 se había creado la *Association for Cultural Economics*, cuyos estatutos se modificaron en 1993, cuando adoptó su nombre actual, *Association for Cultural Economics International* (ACEI). La primera conferencia internacional de la asociación se realizó en 1979, y hasta 2008 se han realizado quince conferencias internacionales sobre economía de la cultura. El primer ejemplar del *Journal of Cultural Economics* (JCE) se publicó en 1977. Los temas de ese número cubrían dos aspectos críticos en ese momento: la naturaleza y las características de los bienes y servicios culturales, y la financiación de las artes escénicas”.

Assim, o setor das artes performáticas teria assimetrias de produtividade em comparação com os setores de manufaturas, posto que estes últimos contavam com capacidade de interferência dos processos técnicos, podendo distribuir os ganhos de rendimento aos preços dos produtos e aos custos laborais relativos (Valiati; Corazza; Florissi, 2022). Em uma curva ascendente no tempo, isso viria a significar que os custos das artes performáticas tenderiam a constante crescimento, implicando em prejuízo aos seus rendimentos quando comparados aos setores capazes de incorporação tecnológica.

É essencial olhar para um desdobramento dessa investigação. Em comparando essas duas generalidades produtivas, as artes performativas – com baixa produtividade, mão-de-obra intensiva, e incorporação lenta de avanços tecnológicos – e os arranjos de manufaturas – com maior produtividade, que apoia e incorpora mudanças tecnológicas, transforma trabalho vivo em trabalho morto, com alta economia de mão-de-obra –, os autores chamam atenção para o impacto nos salários nominais dos agentes da cultura, que tenderiam a aumentar mais lentamente que os salários em geral. Assim, a tendência de crescimento dos custos de produção na área das artes performáticas produziria dificuldades de repasses aos preços de ingresso, ao mesmo tempo que pressionariam para baixo a curva de ascensão salarial (Martos; Quintero, 2010).

Em se mostrando um setor com menor potencial de progresso salarial e aumento sistemático dos custos, a investigação apresenta um tipo de espiral, no qual o arranjo pode ser levado à extinção pelo abandono dos agentes em direção às melhores condições laborais. Para dar conta dessa ambiguidade, os autores constituem uma derivação normativa (Valiati; Corazza; Florissi, 2022), que incidiria na adoção de financiamentos prévios externos como forma de amortização dos custos de produção. Em alguma medida, esse vestígio de normatividade está dimensionado nos princípios do problema público da produção da cultura. Em se tratando de um setor com assimetria de competitividade, ao mesmo passo absolutamente essencial à

reprodução social, essa condição justificaria a existência de subsídios oferecidos pelos fundos públicos à produção de atividades culturais, inclusive possibilitando o aumento da oferta de bens culturais (Valiati; Corazza; Florissi, 2022). Ainda que com emergência de críticas de outras leituras liberais (Martos; Quintero, 2011), esse debate sobre a questão salarial como elemento da solidariedade dos fundos públicos no campo da cultura, infelizmente, mostra-se um tanto nublado em nosso atualíssimo contexto político, cuja tensão parece deslizar entre o esforço de disponibilização de editais públicos e a circulação de enunciados de vilanização de artistas e agentes culturais (Cid; Domingues; De Paula, 2022).

Cabe aqui sinalizar algumas questões adicionais. Quando tratamos do guarda-chuva “economia da cultura” estamos dispendo sob um mesmo universo genérico unidades produtivas muito particulares. Queremos dizer de maneira bem simplificada que arranjos expressivos do mundo da cultura se organizam, produzem, são distribuídos e consumidos em temporalidades, escalas, volumes financeiros, domínios de propriedade, necessidades e desafios muito distintos entre si. Evidentemente, as muitas possibilidades da economia do audiovisual se estabelecem em suas próprias dimensões de maneira diversa à música, à dança, ou ao carnaval. Queremos sinalizar que essas diferentes canastras têm também diferentes capacidades de incorporação de tecnologia, o que implicaria também investigar como intensidades produtivas de diferentes linguagens não apenas se comportam, mas também oferecem possibilidades de inserção diferenciadas em sua dinâmica de produção.

Evidentemente, a pesquisa de Baumol e Bowen está situada historicamente. Produzida em meados da década de 1960, a perspectiva tecnológica do período – ainda que apresentasse a linguagem analógica como modelo de rotina – apontava para a onda de inovações de processos produtivos. O espírito que pairava no período parecia antecipar a nova fase da Revolução Industrial, e seu evidente impacto no campo cultural necessitava algum tipo de investigação.

Importante sinalizar como o argumento dos autores promoveu alguma densidade à relevância do financiamento público para a produção da cultura. Decerto o acento normativo inserido pelos autores também flutua no espaço de sociedades salariais, nas experiências históricas do pós-guerra quando o conflito entre capital e trabalho foi em larga medida contraído e sustentado pelas disposições dos Estados de bem-estar social.

E ainda que o *Welfare* pareça hoje apenas uma lembrança perdida, o estudo, segundo Bruno Frey, “[...] fornece uma explicação convincente do motivo pelo qual os agentes do setor artístico sofrem dificuldades econômicas crônicas” (Valiati; Corazza; Florissi, 2022, p. 117). Mas, além do refino metodológico e dos achados dos autores, salta aos nossos olhos um elemento absolutamente essencial: o estudo referenciado por diversos autores como o seminal da economia da cultura tem a questão salarial como uma de suas centralidades.

Após esse percurso introdutório, queremos reivindicar a importância da organização deste dossiê. Tomando os impactos das internalidades produtivas à perspectiva salarial, nos parece essencial insistir que já estavam postos desde o início do ciclo de estudos sobre o fenômeno da economia da cultura *insights* acerca das rendas nominais. Ainda que os enredos subsequentes tomados pelos estudos do fenômeno econômico da cultura tenham enorme relevância e tenham o incrível mérito de ter chamado atenção de *policy makers* para a sua importância na organização do planejamento econômico, entendemos que o estágio atual da produção da cultura demanda que de alguma forma a atenção sinalizada por Baumol e Bowen na década de 1960 renove seu universo de mediações.

O que desejávamos para esse debate na *Políticas Culturais em Revista* era ampliar o circuito de investigações sobre a economia da cultura, tomando como ponto de vista o cotidiano e o ponto de vista de seus(as) trabalhadoras e trabalhadores, da classe que vive do trabalho. Assim, procuramos perspectivar a categoria “trabalho” como uma centralidade absolutamente ineludível para expressar

quais as ambiguidades e os desafios encontramos hoje no Brasil para a cultura e sua dimensão econômica.

Sugerimos, de início, que a categoria fosse apresentada em diálogo com a longa trajetória de debates que lhe foi particular. De imediato, entendemos que a dimensão dialética proposta à categoria merecia atenção. Nosso interesse, portanto, era apresentar como as dinâmicas entre trabalho e cultura refletiam porções ontocriativas e também histórico-sociais.

Do ponto de vista ontocriativo, queremos recuperar a noção de que o trabalho é o recurso de organização da existência humana da vida, em sua promoção de interações entre os sujeitos e a natureza social (Arendt, 2010). Sendo o sistema de objetivação fundamental, é pela versão da ontocriatividade do trabalho onde os sujeitos produzem-se como sujeitos. E nesta posição operam as características de transformação materiais e simbólicas do mundo, concebendo sua relação com o real em sua ligação com o plano das necessidades vitais ou construídas.

Mas a síntese brevemente descrita da dimensão ontológica do trabalho obviamente encontra conjuntos de mediações na reprodução social, sendo a tensão com o capitalismo uma de suas formas mais elementares. O intercâmbio entre sujeitos e sua capacidade de construir o real *pelo* trabalho ganha, assim, posição histórica, na medida em que a dimensão organizacional produtiva coletiva contrai as potencialidades criativas da ordem ontológica. Falamos, portanto, que o trabalho ganha feições específicas na maneira como o capitalismo ele mesmo se reproduz como forma hegemônica de produção da vida. Para nosso debate, chamamos atenção de dois aspectos centrais para a proposta deste dossiê: i) as necessidades referentes à reprodução individual no capitalismo têm incorporado entre suas dimensões centrais a produção da cultura, gerando ampla gama de renovações de atividades e de postos de trabalho nos diversos setores de bens e de serviços culturais; ii) os achados encontrados em Baumol e Bowen precisam ser reinterpretados à luz da dinâmica histórica da produção

capitalista, notadamente em sua fase flexível e em seus impactos para a morfologia da organização do trabalho cultural.

Duas chaves conexas situam o debate. A primeira delas é o encontro do ciclo capitalista pós-fordista com dimensões do que se generalizou chamar “neoliberalismo”. Em um certo ponto de vista, têm-se a noção de que o neoliberalismo seria um tipo matricial de comportamento sincrônico do Estado e do mercado no ocaso do Estado de Bem-Estar Social, mesmo em países da periferia do capitalismo que apenas ensaiaram experiências de sociedades salariais. Privatizações, austeridade, recuo de direitos, tensionamento com sindicatos e associações de defesa do trabalho; foram dimensões que se espalharam pelo mundo, sugerindo que o neoliberalismo seria um recuo do papel do Estado.

Leituras de outra ordem também surgiram para explicar o fenômeno, mais inclinadas à noção de “competitividade” no próprio espaço de produção subjetiva dos trabalhadores, fenômeno notado por Foucault quando da análise biopolítica do Capital humano (Foucault, 2008). Perspectivando a competitividade como um valor “proeminente” aos que procuram prosperar no ciclo proposto por um tipo de psicologia prática do neoliberalismo, Foucault chama atenção sobre como a posição da “empresa” se torna um tipo de arquétipo último, ingressando até nos circuitos de intimação da intimidade dos sujeitos. Traduzidos não mais como a classe que vive do trabalho, mas como a prospecção dos que investem num modo de *self* competitivo – como “empresários de si” – seria então disponibilizado a esses “novos” trabalhadores a adequação ao sistema de riscos da produtividade capitalista, emprestado da empresa ao desenvolvimento da própria carreira. O modo neoliberal surge também como um sistema de gestão entre os diversos competidores, na forma de política de subjetivação de projeções individuais de autoempresariamento, esses os responsáveis pelos casos bem ou malsucedidos de investimentos particulares. Para nosso debate, os impactos sobre a ordem da desproteção social e a exigência de um modelo competitivo –

via esforço atomizado – encontrarão o espaço produtivo da cultura de forma quase laboratorial.

A segunda chave que queremos chamar atenção é sobre a organização contemporânea mais particular dos arranjos expressivos da economia da cultura, suas divisões internas, e as condições laborais dos agentes ingressantes. O que gostaríamos de apontar é que o campo cultural é caracterizado por estratos, sendo dividido de maneira inicial entre trabalhadores que contam com certo “*status* privilegiado” e outros – provável maioria – que detém baixíssimo “capital de investimento” no autoempresariamento (Krätke, 2012).

Nesse feixe, investigar a produção de cultura no contexto neoliberal implica deparar-se com as condições materiais de existência das produtoras e produtores de cultura. Em alguma medida já é possível encontrar no esforço de pesquisadoras e pesquisadores uma tendência de investigação que procura mobilizar a aproximação entre a cultura e as franjas das ciências sociais que se indagam sobre o trabalho no Brasil. Destacam-se nesse cenário as pesquisas de Braga e Marques (2017), Coutinho (2020), Normanha (2020), Oliveira e Facina (2021), Portella (2020), Segnini (2007), Tommasi e Silva (2020), entre outras. Cada qual à sua forma, o tema do trabalho incide como uma centralidade analítica na abordagem acerca da economia da cultura. Nesse cadinho, chaves como “trabalho sonhado”, “empreendedorismo”, “correria” e “precarização”, sintonizados com os desafios atuais, promovem diferentes tonalidades para que sejam acessadas outras facetas de interrogação sobre o trabalho e a economia da cultura.

Assume-se aqui a preocupação na forma como a obliteração dos direitos trabalhistas, impossibilidade de fruir de um processo contínuo de formação, intermitência no desempenho das atividades, impossibilidade de planejamento de descanso e férias, jornadas exaustivas e a pluriatividade são alguns exemplos do modo como a reprodução da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores da cultura é condicionada na contemporaneidade. Somada às condições precárias de

trabalho expressadas acima, a contradição entre Capital e Trabalho⁵, quando analisada sob o ponto de vista da cultura, evidencia também as novas possibilidades de organização da vida material a partir de lógicas outras que não se encerram na acumulação.

Assim, procurando dar continuidade ao debate, selecionamos um conjunto de artigos para este dossiê que interpelam a relação entre cultura e trabalho a partir de diferentes perspectivas e objetos de análise. Luciana Requião, a partir de atas das reuniões de diretoria e das assembleias e matérias de jornais, realiza importante pesquisa histórica acerca da formação do hoje intitulado Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro, fundado em 1907. Conforme evidencia a autora, em seu artigo “O processo de regulamentação e luta da classe musical no Brasil: do centro musical do Rio de Janeiro ao sindicato de músicos profissionais do Rio de Janeiro (1907–1960)”, a regulação da profissão só viria a ocorrer em 1960, e a partir deste recorte temporal Requião joga luz sobre a luta dos músicos fluminenses para acessar direitos em diálogo com o Estado e com seus empregadores.

Francesca Rindone em “Hacete tu escuela: hacia una ‘profesionalización’ de actores y actrices de teatro callejero en Buenos Aires” tem como objeto de análise o Curso de Formação do Ator-Atriz para Atuação em Espaços Livres, da Escola Metropolitana de Arte Dramática (Emad), em Buenos Aires. Além de analisar a reconfiguração profissional dos atores e atrizes que a criaram, a autora se debruça também sobre a noção de trabalho artístico veiculada através de projeto pedagógico do curso. Em seu trabalho “Trabalhe com o que você ama: entre a idealização e a precarização do trabalho nas artes cênicas”, Thainan Rocha investiga as condições de trabalho dos profissionais do teatro na cidade de Porto Alegre. Reflexões sobre direitos trabalhistas, crise econômica e saúde das trabalhadoras e trabalhadores conformam a importante reflexão proposta pelo autor.

.....
5 As palavras Capital e Trabalho estão grafadas com iniciais maiúsculas porque fazem referência ao conceito trabalhado nos capítulos.

Rafael Zincone investiga em seu trabalho “Entre o sonho e a sobrevivência: trabalho e empreendedorismo no funk sob a lógica de plataformas”, a produção do *funk* em São Paulo e a ideologia do empreendedorismo que atravessa a prática de seus agentes. Partindo de uma contextualização histórica, política e econômica do país nas últimas duas décadas, o autor traz importantes reflexões sobre a produção cultural em tela e as condições de trabalho dos artistas em diálogo com os empresários do setor. Em “O encontro do mito carnavalesco com o realismo capitalista: a crise neoliberal e o carnaval dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro”, a pesquisadora Ana Clara Ferreira investiga o carnaval de rua carioca a partir dos conceitos de Maria Isaura Queiroz e Mark Fisher. A autora traz à baila as possibilidades e limites da prática cultural na arena de disputa política em uma cidade como a do Rio de Janeiro.

Bruno Lima e Bruno Borja investigam o processo de apropriação do carnaval carioca pela indústria cultural. Em “Desenvolvimento e apropriação dos desfiles das Escolas de Samba do Rio de Janeiro: impactos sobre o trabalho no barracão”, os autores se debruçam sobre as relações de solidariedade existentes entre os membros das escolas de samba e evidenciam o processo de precarização do trabalho encontrado na produção do carnaval à medida que esse se profissionaliza ao longo das últimas décadas. Finalmente, os autores expõem a necessidade de uma política cultural para o carnaval garantir condições dignas de trabalho nos barracões.

Natã do Nascimento analisa o cotidiano de jovens poetas cariocas que participam do movimento cultural *slam*. No artigo intitulado “A poesia é marginal, o poeta não! – A rua como espaço de formação e profissionalização da juventude periférica”, o autor ao passo que analisa o espaço urbano como local da prática poética, depara-se também com os desdobramentos das atividades artísticas das poetisas e seus planos de futuro, sugestionados pelas condições objetivas de reprodução de suas vidas ao longo dos últimos anos.

Por fim, o objetivo deste dossiê é tornar evidente a necessidade de, ao investigarmos a área que aqui convencionamos chamar de Economia da Cultura, nos atermos às condições materiais – laborais e de reprodução da vida – que as trabalhadoras e trabalhadores da cultura enfrentam diariamente. Entendemos que uma das chaves para avançarmos na luta política está na compreensão de que cultura é trabalho.

Desejamos a vocês uma excelente leitura e profícuas reflexões.

REFERÊNCIAS

- ARENDE, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BARBALHO, A.; COSTA, L.; RUBIM, A. Formação em organização da cultura: A situação latino-americana. *PRAGMATIZES: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, v. 2, p. 125–149, 2012. Disponível em <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10347>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- BAUMOL, W.; BOWEN, W. *Performing Arts: the Economic Dilemma*. Londres: Cambridge, 1966.
- BRAGA, R.; MARQUES, J. Trabalho, globalização e contramovimentos: dinâmicas da ação coletiva do precariado artístico no Brasil e em Portugal. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 19, n. 45, p. 52–80, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/wH9TsRLGcFhKDTkTTc6FFhq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2010.
- CID, G.; DOMINGUES, J.; DE PAULA, L. “Gestor-auditor”: a retórica da peritagem na política de cultura do governo Bolsonaro. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1–17, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/41768>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- COUTINHO, A. *Trabalhadores da Cultura*. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=49488>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- GADELHA, R. *Produção cultural: conformações, configurações e paradoxos*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.
- IBGE. *Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295013>. Acesso em: 9 mar. 2024.
- JORDÃO, G.; ALLUCCI, R. *Panorama setorial da cultura brasileira 2011/2012*. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012. Disponível em: <https://acervo-digital.espm.br/E-BOOKS/Acesso%20restrito/322130.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2024.
- KRÄTKE, S. The new urban growth ideology of “creative cities”. In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. *Cities for people, not for profit: an introduction*. Londres: Routledge, 2012.
- LEMONS, R.; CASTRO, O. *Tecnobrega: o Pará reinventando o negócio da música*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora e Consultoria, 2008.
- MARTOS, L. A. P.; QUINTERO, L. F. A. ¿Debe el Estado financiar las artes y la cultura? Revisión de literatura. *Economía e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 195-228, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/jLjNQfMtyGYQqPYwcTHhqKb/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 9 mar. 2024.
- MARTOS, L. A. P.; QUINTERO, L. F. A. Economía de la cultura. Una nueva área de especialización de la economía. *Revista de Economía Institucional*, Bogotá, v. 12, n. 22, p. 129-165, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/419/41915003006.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2024.
- NORMANHA, R. Sob o domínio do capital: a precariedade do trabalho artístico nas indústrias culturais. *Revista Novos Rumos*, Marília, v. 57, n. 1, p. 131-146, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/10463/6514>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- NUNES, J. H.; BENEVIDES, R. de F. A produção cultural no Brasil: consolidação e construção do discurso profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília, DF. *Anais [...]*.

Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2017. v. 1, p. 1-25. Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0172-2.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

OLIVEIRA, K.; FACINA, A. Trabalho sonhado, artistas-trabalhadores: valor e políticas culturais em tempos de radicalização neoliberal. In: NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MARX E O MARXISMO, 2023, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2023. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2023/AnaisMM2023/31_MM2023_IDENT.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

PIMENTA, F. *Artistas em abstinência da Lei Rouanet: o clima social sobre o financiamento público da cultura na Folha de São Paulo e no Twitter*. 2022. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36745>. Acesso em: 9 abr. 2024.

PORTELLA, G. *Jobens produtoras/es à procura de trabalho: experiências, estratégias e perspectivas de futuro a partir de produtoras/es culturais como microempreendedores individuais na cidade do Rio de Janeiro*. 2020. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: https://bba3f873-2620-4791-bb70-29d56d567328.usrfiles.com/ugd/bba3f8_319flad818fe49368f8fa7bb660a0431.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

SEGNINI, L. R. P. Criação rima com precarização: Análise do mercado de trabalho artístico no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <https://idanca.net/wp-content/uploads/2008/03/liliana.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

SILVA, F. A. B. da. *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2007. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais, v. 3). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3243/1/cadvol3.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2024.

TOMMASI, L.; SILVA, G. M. da. Empreendedor e precário: a carreira “correria” dos trabalhadores da cultura entre sonhos, precariedades e resistências. *Revista Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 52, p. 196-211, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/51018>. Acesso em: 16 mar. 2024.

VALIATI, L.; CORAZZA, R. I.; FLORISSI, S. O marco teórico-conceitual da economia da cultura e da economia criativa: uma revisão de contribuições selecionadas e de seus pressupostos. In: VALIATI, L. (org.). *Economia da Cultura e Indústrias Criativas: Fundamentos e evidências*. São Paulo: Itaú Cultural, 2022.